**CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**

### PROCURADORIA

## PARECER Nª 736/15.

#  **PROCESSO Nº 2883/15.**

#  **PLL Nº 285/15.**

 É submetido a exame desta Procuradoria, para parecer prévio, o Projeto de Lei em epígrafe, que altera a Lei nº 5.811, de 08 de dezembro de 1986 – que estabelece o Sistema de Classificação de Cargos e Funções da Câmara Municipal de Porto Alegre -, criando a Gratificação pela Atividade de Segurança Parlamentar (GASP), e dá outras providências.

 Na forma do que dispõe a Carta Magna, é da competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, inciso I).

 A Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, por sua vez, estatui competir a este estabelecer suas leis e atos relativos aos assuntos de interesse local, e afirma a competência privativa da Câmara Municipal para dispor sobre sua organização e funcionamento e deliberar sobre assuntos de sua economia interna.

 O Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Alegre declara a competência da mesma para gerir os assuntos de sua economia interna e para estruturar e administrar seus serviços, constituindo atribuição privativa da Mesa Diretora propor projetos que disponham sobre sua organização, funcionamento, segurança e serviços (artigos 6º, 15, inciso I).

         A matéria objeto da proposição se insere no âmbito de competência deste Legislativo, não havendo óbice jurídico à tramitação.

 Cabe aduzir, apenas, que a definição de valores de gratificações deve obedecer ao princípio da razoabilidade e ao que preceitua do artigo 39, § 1º, da Constituição da República (natureza, grau de responsabilidade e complexidade da atividade), matéria cuja apreciação se insere no âmbito do Órgão Deliberativo deste Legislativo.

 É o parecer, *sub censura*.

Á Diretoria Legislativa para os devidos fins.

Em 16 de dezembro de 2.015.

Claudio Roberto Velasquez

 Procurador-Geral–OAB/RS 18.594